

O surgimento da educação à distância e das disciplinas online nos cursos universitários suscita o seguinte questionamento: será que os educandos que se submeterem a essa modalidade de ensino conseguirão boa inserção no mercado de trabalho?

Ana Maria Conde Pinto

Therezinha de Jesus Conde Pinto

EAD: desafios à docência

EAD: challenges to teaching

ANA MARIA CONDE PINTO*
THEREZINHA DE JESUS CONDE PINTO**

Resumo

Este artigo trata da educação à distância como desafio à docência, considerando que se faz necessário construir uma nova cultura de aprendizagem, tendo em vista as demandas sociais atuais, marcadas pela globalização da economia. Acrescenta-se, ainda, que essa era requer do educador avançar além de práticas pedagógicas em que o conhecimento é tratado de forma verticalizada e transmitido linearmente como verdade absoluta, não contribuindo para a formação de uma geração autônoma, crítica e reflexiva. Levando em conta que as TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação – cada vez mais estão presentes na vida das pessoas, especialmente dos jovens, não há como negar essa realidade no contexto educacional, que requer diálogo e mudança de atitude de alunos e professores, na construção do conhecimento. Porém, não é suficiente sofisticar apenas os recursos didáticos e a tecnologia. É preciso incrementar a formação docente continuada, com estudos que auxiliem a atender às solicitações para lidar com a sociedade contemporânea. É oportuno, portanto, que as instituições educacionais considerem as contribuições da Educação à Distância.

Palavras-chave: Educação à distância; Tecnologias; Docência; Construção do conhecimento; Aprendizagem.

Abstract

This paper deals with distance education as a challenge to teaching, considering that it is necessary to build a new culture of learning, in view of the current social demands, characterized by economic globalization. It also adds that this era requires the educator to go beyond the traditional pedagogical practice, where knowledge is handled vertically and transmitted linearly as absolute truth, not contributing to the formation of an autonomous, critical and reflective generation. Taking into account that the ICTs - Information and Communication Technologies, are increasingly

* Especialista em Altas Habilidades pela UERJ; docente das redes públicas estadual – Colégio Antônio Prado Júnior – e municipal – Colégio Brício Filho. E-mail: ana.a.unica@bol.com.br

** Mestre em Educação – UERJ; docente da Universidade Estácio de Sá, Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação. E-mail: te.conde@terra.com.br

present in people's lives, especially among youth, there's no way to avoid this reality in the educational context. It involves dialog, changing attitudes of both parts, students and teachers, in knowledge construction. However, sophisticating only the didactic resources and its technology is not enough. Teachers also need to take care of their continued training to cope with the demands of contemporary society. The institutions involved in education, in turn, must not lose sight of quality in distance learning model so that students can cope with the competitive labor market.

Keywords: Distance education; Technology; Teaching; Construction of knowledge; Learning.

Com o advento das tecnologias e dos recursos da informática, amplia-se o potencial de circulação de informações, que transitam em forma de rede. O conhecimento se torna desterritorializado, e o leitor, denominado por Andréa Ramal (1998) de "leitautor", participa ativamente do processo de construção de conhecimento, não ficando preso a um único aspecto: o livro, a página, o texto. Rompe-se a leitura linear, desaparece, até mesmo a noção de página. Nada mais é fixo, estático, tratando-se das multimídias, do hipertexto (conjunto de textos, imagens, sons, enfim, estímulos) como se fossem caleidoscópios, conforme observa Pierre Levy (1994). Dessa forma, o espaço cibernético está se tornando um lugar essencial para construção do saber, uma vez que abre infinitas possibilidades. Surge, então, uma nova cultura de aprendizagem, com a emergência de uma nova inteligência, a inteligência coletiva (LEVY, 1994); tudo isso ocorre graças a processos de comunicação em tempo real.

Sobre esse fenômeno da plasticidade da informação, reflexos já se fazem sentir no campo da educação e todos, em especial professores e alunos, poderão se beneficiar. Porém, faz-se necessária a atualização docente, visando atender às demandas sociais atuais, sob risco de os professores ficarem na contramão da história.

São várias as solicitações e requisitos à formação e ação dos educadores. De um lado está o mundo moderno, marcado pela globalização da economia, o que torna as empresas altamente competitivas, decorrendo daí, um novo perfil de trabalhador: um profissional multiqualificado, com boa dose de educação geral, capacidade de pensar mais amplamente, planejar, lidar com as tecnologias, inovar, autogerenciar suas atividades e adaptar-se a situações novas, com capacidade de abstração e de seleção, trato e interpretação das informações, bem como de trabalhar em grupo e desenvolver positivamente relações interpessoais.

De outro lado, tem-se o perfil das novas gerações que, em geral, lidam com diversos estímulos ao mesmo tempo, decidindo o que e como ouvir, jogar, estudar e se comunicar, navegando na internet com desenvoltura, passando de um texto para o outro com agilidade, comunicando-se com tudo e com todos, esboçando curiosidade, inquietude, insatisfação,

pensamento flexível, atuando como produtor ativo e desejando, sobretudo, se surpreender.

Diante do contexto apresentado, não há mais como evitar essa realidade no campo educacional, o que requer do educador novas posturas para planejar o cenário pedagógico, levando em conta que cada vez mais pessoas se tornam usuárias e navegam com intensa facilidade no espaço virtual.

É preciso, também, que nós, educadores, tenhamos sensibilidade frente aos rumos seguidos pela educação. Nesses novos rumos, inclui-se a Educação à Distância – EAD. Apesar de um desafio instigante, tendo em vista os recursos tecnológicos atuais, cada vez mais sofisticados, há que se cuidar, sobretudo, para que a EAD não represente um instrumento de opressão, mas sim de libertação, pois, apesar da redução de tempo e custo no ensino à distância, é preciso que se questione, de fato, o nível de formação que se pretende oferecer.

O discurso ideológico para que as pessoas continuem acreditando que sua posição social se deve à falta de escolarização, falta de capacidade, habilidade, aptidão, e não às injustiças intrínsecas à própria sociedade capitalista, deveria fazer parte das discussões sobre a EAD. Entre o discurso teórico e as ações pedagógicas poderá existir, segundo Silva (2003), de fato, forte discrepância. Ainda que os defensores da EAD garantam que a qualidade de ensino será mantida, é preciso ter olhar crítico, não fechar os olhos para interesses mercadológicos, colonizadores, próprios do processo de globalização que vivenciamos.

Mediante transformações no sistema produtivo, conforme mencionado anteriormente, têm se intensificado no setor educacional apelos em prol da qualidade de ensino. As palavras de ordem são qualidade, competitividade, competências, eficiência, velocidade, produtividade. “Os princípios da educação por competências já se apresentam como foco central, bem como a finalidade de preparação para o trabalho e para a prática social no mundo globalizado” (LOPES, 2004, p. 55).

Assim, não há como deixar de pensar nas possíveis precariedades próprias da EAD, apontadas por Marco Silva (2003), ou seja, o risco de se banalizar a educação. A EAD corre esse risco, se não corresponder a uma proposta inovadora, consistente e de qualidade da EAD, conseguindo, com isso, resultados exatamente antagônicos aos esperados, como, por exemplo, a boa colocação dos formandos no mundo do trabalho. De fato, a EAD veio para ficar, mas fundamentada em que termos, em que bases e referências? Com que sentido? Pautada em qual lógica?

O surgimento da educação à distância e das disciplinas *online* nos cursos universitários suscita o seguinte questionamento: será que os educandos que se submeterem a essa modalidade de ensino conseguirão boa inserção no mercado de trabalho? Afinal, sobre a questão das tecnologias, não é suficiente utilizar o espaço cibernético apenas para ocupar o tempo ocioso, sob pena de permanecermos na condição de alienados e excluídos.

Tecnologias e conhecimento

Marco Silva (2003) se refere à infoexclusão, afirmando que deve ser combatida. Para ele, não basta ter acesso à informação digitalizada. Se não houver investimento na formação dos usuários para que a tecnologia não seja subutilizada, não haverá inclusão digital de fato, e a internet perderá a perspectiva democratizante. É preciso qualificar comunidades excluídas dotando-as de competências para participar da era digital, da *cybercultura*, da sociedade da informação. *Softwares* educativos devem ser concebidos para “potenciar a aprendizagem e o trabalho do professor” (Ibid., p. 262), e não para servir como mero instrumental. Computadores ligados à internet disponíveis aos alunos devem ser usados em aulas interativas, capazes de promover o desenvolvimento da autonomia e visão crítica de mundo dos estudantes. Uma metodologia de ensino fechada, sem possibilidade de estabelecer relações de reciprocidade entre educador e educando no universo cibernético, não permite a colaboração na manipulação das informações, que ganham sentido através das ações de cada indivíduo, o qual deixa de ser mero receptor para tornar-se também emissor da informação (Ibid.).

Diante disso, é preciso estimular professores e alunos a uma nova atitude frente à *cybercultura*, superando modelos tradicionais, conservadores, enraizados e presentes, ainda hoje, início do século XXI, em várias escolas. O ambiente virtual requer do docente entender o contexto contemporâneo e buscar soluções para os problemas encontrados na vida profissional e nas atividades cotidianas. É preciso incentivar a imaginação, a criatividade, a socialização entre os parceiros de aprendizagem; a capacidade de investigar e escolher a opção “mais adequada”, ainda que provisória, bem como de utilizar e indicar fontes de consulta, sem, no entanto, perder de vista a atribuição de um sentido maior ao processo educacional.

Nessa perspectiva, o professor utilizará mecanismos para incentivar os alunos no contexto virtual, propondo desafios, fazendo indagações sobre uma temática de estudo, estimulando o desenvolvimento da capacidade de comunicação, análise, pensamento crítico, construindo, enfim, uma consciência sobre a interação com os co-participantes do processo educativo. Nesse sentido, Silva (2010, p. 27-45) propõe que a sala de aula seja interativa e considerada um ambiente em que:

[...] o professor interrompe a tradição de falar/ditar, deixando de identificar-se com o contador de histórias, e adotar uma postura semelhante a do designer de software interativo. Ele constrói um conjunto de territórios a serem explorados pelos alunos e disponibiliza co-autoria de múltiplas conexões, permitindo que o aluno também faça por si mesmo (...) uma possibilidade libertadora da autoria do usuário sobre sua ação de conhecer.

O educando assumirá, então, o papel de conduzir seu próprio saber e será, não mais aquele que se submete à emissão do professor, mas aquele

que (re)inventa a mensagem, “salta de um ponto a outro, fazendo o seu próprio roteiro, não seguindo mais as páginas do livro de modo unitário e contínuo” (SILVA, 2010, p. 85).

Porém, para que isso se concretize no universo escolar, é necessária a mudança de atitude de alunos e professores diante de si mesmos, do outro, do mundo e diante da educação, pois pouco adianta sofisticar a técnica e não formar o homem, no seu sentido integral. Por isso, destaca-se o papel docente. Contudo, até que ponto os sujeitos do ensino, de fato, estão preparados e disponíveis para contribuir para uma formação ampla, crítica e emancipada das novas gerações?

Edméa Santos (2003) observa que, se não houver uma mudança de mentalidade, não adianta sofisticar os caminhos. É necessário, então, superar a mentalidade focada no paradigma tradicional, na pedagogia da transmissão e na lógica da mídia de massa.

O risco de colocarmos no mercado uma gama de profissionais desqualificados é uma realidade. E isso sem contar, ainda, com as outras possíveis precariedades mencionadas por Silva (2003), quanto à ausência de infraestrutura tecnológica nas instituições de ensino e a “pacotes” comprados, reproduzidos mecânica e tecnicamente. Desse modo, a instituição perderá no quesito referente à qualidade de ensino, de acordo com os órgãos competentes, como o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Vale ressaltar que não há mais como negar a contribuição das tecnologias na construção do conhecimento, tornando-se então imprescindível a formação continuada de docentes, porém sem atribuir a este novo paradigma educacional (EAD) e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) o papel de “redentores”. Cabe aos educadores envolverem-se com essas novas possibilidades, abrir novos canais de comunicação com os educandos, porém, sem perder de vista a condição de sujeitos protagonistas do processo de aprendizagem. Nessa mesma perspectiva, o aluno não mais será um consumidor passivo, mas um produtor ativo e interativo de texto.

É fundamental reconhecer a importância das TICs e a urgência de criar conhecimentos e mecanismos que possibilitem sua integração à educação; é também preciso evitar o deslumbramento que tende a levar ao uso mais ou menos indiscriminado da tecnologia por si e em si, ou seja, mais por suas virtualidades técnicas do que por suas virtudes pedagógicas (BELLONI, 2005, p. 73).

O computador, de fato, oferece a possibilidade de uma infinidade de ações pedagógicas, dentre elas, a criação de grupos de discussão na rede, os fóruns, chats e blogs. A internet não pode mais ser vista apenas como um espaço de troca, de busca de informações, ou ainda de encontros virtuais entre pessoas, mas também como um local de produção de conhecimento,

Tecnologias e conhecimento

de elaboração e (re)elaboração do que está posto. Entretanto, se o professor não estiver formado na perspectiva da lógica e da proposta dialética, da interatividade, da indeterminação, da incerteza, do conflito e confronto de ideias, do embate de forças, e da possibilidade de novas construções, para uma nova ordem social, não adiantará sofisticar a técnica.

Essa diversidade de atividades proporcionada pelas ferramentas tecnológicas poderá, ou não, contribuir para a construção e produção de conhecimento com qualidade social. O risco é o de que o aluno busque informações na internet, na forma de imagens, textos, pesquisas, reproduzindo o conhecimento sem ter visão crítica sobre o conteúdo da mensagem. Com isso, a multimídia pode ser fascinante, espetacular, mas vazia de significados. Daí a necessidade de uma formação mais consistente e consciente.

A ideia é romper com o paradigma tradicional da educação em que o conhecimento é transmitido vertical e unilateralmente, de fora para dentro, sem interação, suscitando postura passiva de quem está submetido, cristalizando o modelo de apresentação para recepção, assemelhando-se à escola do tipo “um-todos”, conforme Silva (2010, p. 124).

A educação presencial e a distância encontram-se ainda centradas no modelo da distribuição da informação, quando a oferta de comunicação de multimídia é cada vez maior e melhor no ambiente comunicacional redefinida pelas tecnologias digitais interativas. Essa defasagem da escola, da universidade e da educação a distância não será solucionada apenas com a inclusão do computador à internet em sala de aula. O essencial e urgente é uma pedagogia baseada na participação, na comunicação que não separa emissão e recepção e na construção do conhecimento a partir da elaboração colaborativa (SILVA, 2003, p. 262).

A educação via espaço cibernético, de fato, é um desafio a que o educador crie redes de aprendizagem, para aproveitar, construtivamente, a tecnologia e conduzir essa “aventura” de explorar o caráter dinâmico desse suporte – as ferramentas tecnológicas – com criatividade, sem utilizá-las como um fim em si mesmas, sem uma finalidade maior. Para que isso se realize, é recomendável a ação de uma equipe de profissionais da educação preparados, capaz de administrar o uso das tecnologias sob uma perspectiva menos conservadora, que incentive o aluno à autonomia, à ação e a conquistas, que constituem competências necessárias às demandas atuais do mundo da ciência e do trabalho.

Ainda que, para Levy (1996), a época atual seja fértil para a construção do saber e experimentação constante, tendo em vista a modernidade, bem como o perfil das novas gerações, na prática há dificuldades, pois ainda persiste o ensino baseado na hierarquia, na dependência e no silêncio.

Mudar posturas nem sempre é tarefa fácil e requer tempo de amadurecimento, de formação. Trata-se, então, de criar uma nova cultura nos meios educacionais, a começar por nós mesmos, educadores, principalmente aqueles que foram formados, predominantemente, para aceitar e reproduzir mecanicamente uma ideia, ou seja, aqueles que foram condicionados à obediência, e não à rebeldia, submetendo-se à condição de objetos, e não de sujeitos protagonistas da história.

Isso não significa que devemos fazer de nossos espaços coletivos de aprendizagem espaço de conflitos, o que seria improdutivo, pois prejudicaria o diálogo, a argumentação, a retórica, que são fundamentais no processo de aprendizagem, seja no formato presencial, seja no virtual.

Na concepção de Bakhtin (2006), a verdade se encontra na interação dialógica, e ela sempre será provisória, tendo em vista o universo, a profusão ilimitada de fatos e informações, acenando permanentemente para os sujeitos sociais. O diálogo é próprio do contexto humano, é parte da existência, e a interação entre os sujeitos é princípio, tanto da linguagem, como da formação da consciência. O diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal, requerendo, portanto, disponibilidade do professor para estabelecer trocas, vínculos, orientar, tornar-se parceiro do aluno na construção do conhecimento.

Propomos, desse modo, a superação de um enfoque centralizador das atividades de ensino, pois, “sem envolvimento por parte dos alunos”, o processo será limitado ao “atendimento de uma massa amorfa, homogeneizada” e a atuação dos alunos poderá se restringir apenas a “virar páginas eletrônicas e a responder exercícios mecânicos, sem maior compreensão do que está sendo estudado” (ARAÚJO, 2007, p. 517).

Na verdade, a forma como as ferramentas tecnológicas serão utilizadas vai depender da compreensão que se tem acerca de educação, de visão de mundo e de sujeito. Numa visão construtiva, o professor poderá propor desafios, fazer provocações, indagar, incentivar a pesquisa, e não ficar satisfeito com textos prontos, copiados, o que é fundamental quando se pretende incentivar a autonomia dos educandos, de modo que eles imprimam suas marcas pessoais naquilo que estão se propondo a realizar.

Assim, o professor assumirá seu papel de mediador de modo pró-ativo, provocando o debate, a dúvida, a integração, o espírito de coletividade, a argumentação, a articulação do pensamento, o diálogo, enfim, as competências requeridas no mundo do trabalho.

A comunicação será, portanto, potencializada, “viva”, interativa, fundamentada numa nova ordem comunicacional, favorecendo o pluralismo e “a participação-intervenção”, conforme Marco Silva (2010, p. 131).

Por outro lado, não basta dissertar sobre esses princípios; é preciso vivê-los intensamente, seja presencial, seja virtualmente. De fato, a tecnologia está posta; porém, para nos servir, e não, ao contrário, para “desumanizarmos” o ato de educar, banalizando os sentimentos, o afeto, que são valores

fundamentais do processo e da proposta pedagógica.

Vale, então, ressaltar Paulo Freire (2003), quando assinala que é preciso o educador conhecer os alunos com quem partilha a atividade pedagógica, tornando-se: “[...] se não absolutamente íntimo de sua forma de estar sendo, no mínimo menos estranho e distante dela” (Ibid., p. 155), vivendo e aprendendo com o diferente. O educador não pode omitir-se de, na sua prática, estimular, no educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e reconstrução do saber ensinado e, ao lado do educador, se constituirão como sujeitos do processo, capazes de intervir no ambiente e nas relações sociais, numa perspectiva emancipadora.

Formar os jovens para a cibercidadania é o que propõe Marco Silva (2010), visando conscientizá-los acerca de seu papel na sociedade, diante de si próprios, do outro, do mundo. Na visão de Oliveira (2001), é preciso aprender a lidar com os recursos tecnológicos da sociedade do conhecimento de forma crítica e, para que isso se afirme, é importante que a educação assuma seu papel na socialização e construção do conhecimento e da cultura, ultrapassando o caráter instrumental, tendo em vista a formação de cidadãos comprometidos com a democracia, a igualdade e a inclusão sociais, assim como com o diálogo intercultural.

Nesse sentido, assumimos o desafio de instigar nossos alunos à busca autônoma e criativa do conhecimento, de modo que eles resgatem a condição de sujeitos protagonistas do processo de aprendizagem e o uso consciente e contextualizado das novas tecnologias.

Referências

- ARAÚJO, M. M. S. de. O pensamento complexo: desafios emergentes para a educação online. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 36, p. 515-551, set./dez., 2007.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BELLONI, M. L. A mediação escolar indispensável para a cidadania. In: _____. (Org.). *O que é mídia-educação: polêmicas do nosso tempo*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2005.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- LEVY, P. *A emergência do cyberspace e as mutações culturais*. In: FESTIVAL USINA DE ARTE E CULTURA I, Porto Alegre, RS, outubro, 1994. Palestra. Tradução Suely Rolnik. Revisão da tradução transcrita: João Batista Francisco e Carmem Oliveira.
- _____. *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34 Ltda, 1996.
- LOPES, A. C. Políticas de currículo: mediação por grupos disciplinares de ensino de ciências e matemática. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs.). *Currículo de ciência em debate*. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

OLIVEIRA, M. R. N. S. Do mito da tecnologia ao paradigma tecnológico: a mediação tecnológica nas práticas didático-pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 18, p. 101-107, set./out./nov./dez., 2001.

RAMAL, A. Novas formas de pensar e aprender. In: **VHS – vídeo didático**. São Paulo: Loyola Multimídia, 1998.

SANTOS, E. O. Articulação de saberes na EAD *online*: por uma rede interdisciplinar e interativa de conhecimentos em ambientes virtuais de aprendizagem. In: SILVA, M. (Org.). **Educação online**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 217-230.

SILVA, M. Educação na cibercultura: o desafio comunicacional do professor presencial e online. **Revista da FAEEBA, Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 12, n. 20, p. 261-271, jul./dez., 2003.

_____. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: São Paulo: Loyola, 2010.